

Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2008 (nº 975, de 1999, na Casa de origem)

1

Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro)	Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2008	Emenda nº 1 – CCJ/CDH (Substitutivo)
	Obriga os Centros de Formação de Condutores a adaptar 10% (dez por cento) de sua frota para o aprendizado de pessoas portadoras de deficiência física e dá outras providências.	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “institui o Código de Trânsito Brasileiro”, para obrigar os centros de formação de condutores a adaptar parte de sua frota para o aprendizado de pessoas com deficiência.
	O Congresso Nacional decreta:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
		Art. 1º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigor acrescida do seguinte artigo:
Art. 154. Os veículos destinados à formação de condutores serão identificados por uma faixa amarela, de vinte centímetros de largura, pintada ao longo da carroçaria, à meia altura, com a inscrição AUTO-ESCOLA na cor preta.		
Parágrafo único. No veículo eventualmente utilizado para aprendizagem, quando autorizado para servir a esse fim, deverá ser afixada ao longo de sua carroçaria, à meia altura, faixa branca removível, de vinte centímetros de largura, com a inscrição AUTO-ESCOLA na cor preta.		
	Art. 1º Ficam obrigados os Centros de Formação de Condutores com, no mínimo, 20 (vinte) veículos a adaptar, no mínimo, 1 (um) veículo para a instrução de pessoas portadoras de deficiência física.	“Art. 154-A. As entidades credenciadas pelos órgãos de trânsito para a formação de condutores, cuja frota seja igual ou superior a vinte veículos, deverão adaptar pelo menos um deles para o aprendizado de pessoas com deficiência física, nos termos de regulamento estabelecido pelo CONTRAN.”
Art. 155. A formação de condutor de veículo automotor e elétrico será realizada por instrutor autorizado pelo órgão executivo de trânsito dos Estados ou do Distrito Federal, pertencente ou não à entidade credenciada.		

Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2008 (nº 975, de 1999, na Casa de origem)

2

Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro)	Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2008	Emenda nº 1 – CCJ/CDH (Substitutivo)
Parágrafo único. Ao aprendiz será expedida autorização para aprendizagem, de acordo com a regulamentação do CONTRAN, após aprovação nos exames de aptidão física, mental, de primeiros socorros e sobre legislação de trânsito.		
	Art. 2º Na adaptação do veículo deverão ser instalados comandos manuais mecânicos de embreagem, freio e aceleração.	
	Art. 3º Os Centros de Formação de Condutores abrangidos pelo art. 1º desta Lei terão 180 (cento e oitenta) dias, a partir da regulamentação desta Lei, para cumprir sua exigência.	
	Art. 4º Os Centros de Formação de Condutores que infringirem o disposto nesta Lei ficam sujeitos à aplicação sucessiva das seguintes penalidades:	
	I – advertência;	
	II – multa de R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais);	
	III – multa de R\$3.000,00 (três mil reais);	
	IV – suspensão da licença;	
	V – cancelamento definitivo da licença.	
	Parágrafo único. O valor das multas estabelecidas neste artigo será atualizado, monetariamente, de acordo com o índice utilizado para atualização de dívidas relativas a tributos federais.	
	Art. 5º Esta lei entra em vigor em 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.	Art. 2º Esta Lei entra em vigor no prazo de cento e oitenta dias, contados de sua publicação.